8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21 22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63 64

## ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOGI GUAÇU, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2006, MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU

## PLENÁRIA "AGOSTINHO DE SOUZA GODOY"

Abertura geral e inscrições. Aos dez dias do mês de março de dois mil e seis, no salão do CEGEP Centro Guaçuano de Educação Profissional "Governador Mário Covas, localizado à Rua Francisco Franco de Godoy Bueno sem número, Centro do Município de Mogi Guaçu, às 9:00 horas, conforme ordem do dia convocação oficial, a Secretaria Executiva do Comitê procedeu à abertura geral dos trabalhos com o protocolo de inscrições e recepção dos participantes. Às 9h45 min. presente o número regimental de membros titulares com direito a voz e voto, - de acordo com o número de assinaturas constantes da lista de presença de titulares e suplentes dos três segmentos, a qual faz parte integrante desta ata, e que ficou à disposição dos presentes para conferência e impugnações, o que de fato ocorreu sem nenhum registro de oposição ou contestação ao quorum obtido, - o Sr. Marcus Vinicius Lopes da Silva, Secretário Executivo Adjunto, neste ato encarregado de conduzir o cerimonial a pedido da Prefeitura anfitriã, iniciou a chamada para composição da mesa dirigente da 29ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu no Município de Mogi Guaçu.

Instalação da Mesa Dirigente dos trabalhos. A mesa diretora da 29ª reunião foi constituída pelo Prefeito Anfitrião de Mogi Guacu Sr. Hélio Miachon Bueno; pelo Prefeito da Estância Hidromineral de Lindóia, e Presidente do CBH-MOGI Sr. Élcio Fiori de Godoy; pelo Diretor regional da ASSEMAE e Vice-Presidente do CBH-MOGI Eng.º Neiroberto Silva, pelo Secretário Executivo do CBH-MOGI Eng.º Agr.º Edy Augusto de Oliveira, pela Sra. Maria Emília Botelho, assessora da Presidência da CETESB, e Coordenadora Geral do Fórum Paulista de Comitês biênio 2005-2007, Vereador Marcos Mesquita, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Guaçu, neste ato representando todos vereadores presentes, Vice Prefeito Municipal Prof. Geraldo e Diretor do CEGEP, Deputado Estadual Arnaldo Jardim, Deputado Federal Nelson Marguezelli. A seguir o condutor do cerimonial convidou a todos para audição do Hino Nacional, e ato continuo fez a saudação geral em nome da Edilidade, anunciando resumidamente a presenca das diversas autoridades (entre prefeitos, viceprefeitos, vereadores, secretários municipais, diretores, representantes de órgãos do Estado, representantes de organizações não governamentais etc.), cujas honrosas presenças agradeceu. Conforme solicitado previamente à sessão passou a palavra para o Vice Presidente Neiroberto Silva, que propôs que esta reunião plenária recebesse o nome de "Plenária Agostinho de Souza Godoy", recém falecido progenitor do Presidente Elcio Fiori de Godoy, em justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Lindóia onde e por sua atuação junto a este Comitê ao lado de seu filho, e cujo exemplo de vida foi Prefeito Municipal dedicada à comunidade devemos seguir, concluiu (palmas). A seguir o cerimonial passou a palavra para o Presidente Élcio Fiori de Godoy, para abertura oficial dos trabalhos e suas considerações iniciais.

Abertura oficial dos trabalhos da 29ª Reunião Ordinária. As 9:55 horas o Presidente Élcio Fiori de Godoy, abriu os trabalhos da 29ª Reunião Ordinária do CBH-MOGI em Mogi Guaçu, dando boas vindas a todos e agradecendo ao Prefeito Anfitrião Sr. Hélio Miachon e Diretor do CEGEP Prof. Geraldo a gentil acolhida, e agradeceu emocionado a homenagem à memória de seu pai. Preliminarmente o Presidente Élcio justificou a mudança de local da 29ª Reunião Ordinária de Santo Antônio do Jardim para Mogi Guaçu, tendo em vista o adiantamento das obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos de Mogi Guaçu, e desejo deste Município de assim receber o colegiado para uma visita técnica e inauguração das novas instalações que atendem ao previsto no Plano de Bacia do CBH-MOGI, neste importante trecho do Rio Mogi Guaçu, considerado como crítico. Neste sentido agradeceu a especial deferência do Prefeito do Município de Santo Antônio do Jardim.Sr. Luiz Cláudio Trincha, aqui presente (palmas). A seguir, de acordo com o regimento, fez um rápido resumo da ordem do dia: (Nesse passo a) enfatizou que o tema central desta 29ª reunião plenária concentra-se na apresentação, discussão e votação da proposta de minuta deliberação CBH-MOGI n.º 1/2006 que indica os pedidos de enquadramento aprovados para receberem recursos financeiros a fundo perdido do FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2006. Nesse sentido relembrou que estamos mais uma vez adiantando a distribuição de recursos, vez que 2006 é ano de eleições, e assim permitindo que os agentes técnicos e financeiro tenham tempo de examinar os pedidos, de modo que os proponentes a tomador assinem seus contratos de financiamento com o FEHIDRO antes do período de proibição eleitoral de julho a outubro. b) Informou que a Coordenadora Geral do Fórum Paulista de Comitês Sra. Maria Emília Botelho fará um relatório sobre as atividades do Fórum. c). Registrou que o Presidente e o Secretário Executivo Edy apresentarão as primeiras propostas da Comissão Organizadora das Atividades Comemorativas dos 10 anos do CBH MOGI.d) Noticiou que a seguir teremos o lançamento oficial da IV Semana da Água. e)Finalmente encerrando a ordem do dia de nossa reunião anunciou que teremos um breve instante para ouvir nossos convidados. Nesse sentido pediu aos apresentadores e palestrantes que cumpram rigorosamente o prazo fixado, para que a reunião, como é tradição deste comitê, encerre-se no horário previsto. E dando início à pauta pediu ao Secretário Executivo que fizesse a leitura da ata, vez que o anfitrião preferiu se manifestar posteriormente.

Leitura e aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária. Preliminarmente o Secretário Executivo Edy Augusto Oliveira agradeceu a presença do ex Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (1997-2004) e ex -Presidente do

CBH-MOGI (2001-2004) Sr. João Alborgheti (palmas) e dos Prefeitos, Vice Prefeitos, representantes do Estado e Sociedade Civil presentes. Prosseguindo pediu ao Presidente a dispensa da leitura da ata vez que, esta foi previamente enviada por correio eletrônico, além do que todos os presentes receberam na entrada cópia da mesma junto com o caderno de documentos. E de imediato solicitou ao Presidente que colocasse a ata da 28ª Reunião Ordinária em discussão (...), em votação (votação...) tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e sem retificações.

Informes Gerais. Na sequência o Presidente Élcio pediu ao Secretário Executivo que passasse aos informes gerais da secretaria executiva. Assumindo a palavra Edy Augusto de Oliveira, Noticiou ao Presidente, e senhoras e senhores membros do plenário, "como se pode verificar no caderno de documentos em suas mãos os informes gerais trazem mais de vinte notícias, nesse sentido peço dispensa da leitura e seu registro em ata pois narram as atividades deste comitê nos meses de abril, maio, junho e julho". Não obstante chamou a atenção de todos os presentes para os notícias de número 2 referente à cobrança da água, e decreto regulamentar que vem sendo discutido, e anunciado a pedido do representante da Fiesp neste comitê que esta promove evento em sua sede no dia 21 de março de 2006 sobre o tema "Desafios da cobrança da água". Destacou ainda que o Município de Mogi Guaçu nestes dez anos de existência do Comitê e do FEHIDRO já recebeu recursos a fundo perdido no montante de um milhão e meio de reais, a maioria voltado para equipamentos e obras (coletores e emissários) de esgotamento sanitário, inclusive para a ETE hoje inaugurada. Nesse sentido enfatizou a importância da ampliação da ETE de Mogi Guaçu, que permitirá a redução da carga de DBO da ordem de 1.500kg, o equivalente a 20 mil habitantes, ampliando de cinqüenta para setenta por cento o tratamento de esgotos sanitários domésticos neste conhecido trecho crítico do Rio Mogi Guacu, objeto de grande preocupação, sobretudo quando do período de estiagem (maio a outubro). Segue-se a transcrição do informes gerais conforme solicitado.

"Informes Gerais da Secretaria Executiva" (dezembro de 2005 a 10 de março de 2006)

- 1) APROVADA RESOLUÇÃO SMA Nº 37 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2005 que dispões sobre o controle e fiscalização exercidos de forma integrada pelos órgãos da SMA / SEAQUA por meio de seus agentes credenciados sem prejuízo da atuação da Polícia Ambiental Militar. A Secretaria Executiva já enviou cópia da deliberação via correio eletrônico (e-mail) para todos membros do CBH-MOGI.
- 2) APROVADA A LEI SOBRE A COBRANÇA DA ÁGUA NO ESTADO A Assembléia Legislativa do Estado aprovou no final de 2005 a Lei n.º 12.183, de 29 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2005, Poder Executivo, seção I, páginas 4 e 5, que "dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos pra fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências.

A lei (segundo seu artigo 20) será objeto de regulamentação no prazo de 180 dias a contar da publicação, mediante proposta do CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos ouvido os Comitês de Bacias Hidrográficas. Além do que o legislador estadual determinou que "o regulamento será estabelecido de forma clara e objetiva de maneira a possibilitar o melhor entendimento possível, especialmente pelos usuários de recursos hídricos". O CERH já criou um grupo técnico (Deliberação CERH n.º 58, de 18 de janeiro de 2006) encarregado das discussões e elaboração de proposta de do regulamento, ouvidos os principais atores. No último dia 9, na CATI/Campinas reuniram- se representantes do Grupo Técnico, CORHI – Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e membros das mesas diretoras dos 21 comitês, (Presidentes, Vice Presidentes, Secretários, além de Coordenadores de Câmaras Técnicas) e demais convidados para o discutir a proposta, mediante seminário informativo.

**3) PROJETO MOGI-GUAÇU: RESUMO DE UM ANO DE ATIVIDADES** – A Secretaria Executiva do CBH-MOGI entrou em contato com a Sra. Janete Brigante Coordenadora Executiva do "Projeto Mogi Guaçu", executado pelo "Núcleo de Estudos em Ecossistemas Aquáticos -NEEA, do Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada – CRHEA-EESC-USP, solicitando-lhe um resumo das atividades.

Segundo a Coordenadora "o Projeto Mogi-Guaçu, patrocinado pelo Programa Petrobrás Ambiental, dando continuidade às ações sócio-ambientais iniciadas em janeiro de 2005, prioritariamente na bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu, atinge, após 1 ano de atividades, diversas metas voltadas à proteção dos recursos hídricos e melhoria da qualidade de vida da comunidade mogiana. As áreas de atuação do Projeto, todas com caráter de educação ambiental, incluem temas como: proteção às nascentes, saneamento básico rural, agrotóxicos e agricultura alternativa, reflorestamento de APPs, piscicultura, turismo e apoio às ONG's.

rural, agrotóxicos e agricultura alternativa, reflorestamento de APPs, piscicultura, turismo e apoio às ONG's. Ao longo deste primeiro ano, 53 professores da rede estadual de ensino, pertencentes a 12 diferentes municípios (Itapira, Espírito Santo do Pinhal, Socorro, Serra Negra, Águas de Lindóia, Bom Repouso, Bueno Brandão, Tocos do Mogi, Monte Sião, Jacutinga, Ouro Fino e Andradas), foram e estão sendo estimulados a desenvolver e vivenciar novas experiências educacionais em temas como Recursos Hídricos, Biodiversidade e Visão Holística e Integrada de Bacias Hidrográficas, apoiados por cursos, dias de campo, inclusive utilizando 4 diferentes kits de análises desenvolvidos no âmbito do Projeto Mogi-Guaçu, dinâmicas em grupo, palestras envolvendo seus alunos nas suas escolas e apoio na elaboração de projetos junto às escolas de seus municípios. Nas áreas de proteção de nascentes, saneamento básico rural, agrotóxicos/agricultura

alternativa e reflorestamento de APP's, as ações envolveram dias de campo para reconhecimento da realidade local; palestras com a comunidade; distribuição de material informativo; oficinas sobre montagem de fossas sépticas biodigestoras; catalogação e diagnóstico ambiental de nascentes, envolvendo, inclusive, alunos da rede estadual e municipal de ensino e intervenções como o plantio de essências nativas em áreas de APP. Os municípios mais fortemente envolvidos com essas atividades foram: Bom Repouso, Bueno Brandão, **Socorro**, Tocos do Mogi, Senador Amaral, Andradas, Monte Sião e Jacutinga.

Porém, nem todas atividades ocorreram em todos os municípios. As ações voltadas às boas práticas de manejo da piscicultura (BPM), por exemplo, ocorreram prioritariamente nas serranias de **Lindóia**, onde ocorre maior concentração da atividade de pesque-pague. Palestras teórico-práticas e dias de campo sobre BPM, envolvendo os proprietários de piscicultura e de pesque-pague foram ministradas, discutindo-se, inclusive, os aspectos legais e a necessidade da instituição de um selo de qualidade para a atividade.

Na área de desenvolvimento do turismo, está sendo elaborado o inventário turístico e ambiental da região e diretrizes para a formulação de relatórios para auxiliar nos planos de implantação do turismo, especialmente o turismo ecológico e rural, como alternativa econômica. Para tanto, tem sido feitos levantamentos e análises de propriedades rurais com vocação turística para desenvolvimento de atividades sustentáveis e caracterização da demanda turística da região. Da mesma forma está sendo feito um levantamento e avaliação dos meios de hospedagem, de alimentação, de transportes, dos serviços receptivos de turismo, da infra-estrutura básica e das instalações turísticas existentes, totalizando mais de 200 horas técnicas em campo. Palestras sobre turismo sustentável e curso para estruturação de trilhas, oferecido para guias turísticos são outras das atividades desempenhadas. Diretamente ligado ao rio Mogi-Guaçu, está em andamento a expedição rio Mogi-Guaçu, feita com canoas canadenses, e que já percorreu cerca de 373 km do rio, registrando suas condições ambientais e de uso antrópico.

As parcerias firmadas e que permitiram a realização das metas do Projeto Mogi-Guaçu, já ultrapassam o número de 30, com exceção dos trabalhos que foram realizados junto às ONG's regionais. Para estas organizações e dentro das metas de apoio a ONG's do Projeto Mogi-Guaçu, foi organizado um encontro para promoção da integração entre elas e repassadas bases teóricas e práticas sobre a formulação de projetos sociais, no sentido de, aumentar as chances de obtenção dos recursos financeiros disponíveis para projetos sociais e ambientais.

Para o ano de 2006, o cronograma inclui, dentre outras atividades, reforçar entre os produtores rurais das regiões mais elevadas da bacia, que cultivam morango e batata, os benefícios da agricultura orgânica, através de palestras para técnicos e líderes, e montagem de unidades demonstrativas de cultivo orgânico de morango e batata, juntamente com parceiros. Para os trabalhos envolvendo reflorestamentos, além de palestras nas escolas e visitas a campo para observar as unidades reflorestadas (prioritariamente no município de Bom Repouso-MG, local em que foram realizados os plantios), no sentido de conscientizar sobre a importância de se respeitar as APP's, a comunidade será convidada a discutir temas como economia solidária e cooperativas de produção de mudas, como forma de geração de empregos, melhoria da qualidade de vida e satisfazer à demanda por mudas para reflorestamentos na região.

As demais ações envolverão a montagem de cartilhas e folhetos; workshops; montagem de atlas fotográfico e vídeos para utilização nas escolas. Como meio de divulgação das questões ambientais, será dada prioridade para o rádio e, para tanto, estão sendo montados *spots* de curta duração sobre os temas trabalhados pelo Projeto e firmadas parcerias com emissoras de rádio para a divulgação dos mesmos, o que se espera ocorrerá a partir de abril deste ano", concluiu a Coordenadora Janete Brigante (fone (16) 3373-9333 ramal 3913, sítio <a href="www.projetomogiguacu.org.br">www.projetomogiguacu.org.br</a>; e-mail: <a href="turmogi@sc.usp.br">turmogi@sc.usp.br</a>).

4) COFEHIDRO APROVA IMPORTATNES DELIBERAÇÕES EM SUA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2006 — realizada em 6 de fevereiro de 2006, na sala de reuniões do Gabinete do Secretário Estadual de Recursos Hídricos Dr. Mauro Arce que a presidiu. Na ocasião foram aprovadas importantes deliberações, a saber. Deliberação COFEHIDRO n.º 76 "que dispõe sobre o plano de aplicação de recursos (do FEHIDRO) para 2006 e dá outras providências" dentre elas fixando a cota parte a ser distribuída pelo CBH-MOGI no exercício de 2006. Deliberação COFEHIDRO n.º 78 " que dispõe sobre alterações do Manual de Procedimentos Operacionais para investimentos do FEHIDRO. E Deliberação COFEHIDRO n.º 77 que " dispõe sobre critérios complementares e prioridades para aplicação dos recursos de investimento de 2006", cujo texto originalmente proposto pela SECOFEHIDRO foi objeto de muita polêmica e modificação pelos conselheiros. Ao final seu texto assumiu o caráter de recomendação. Participou ativamente da reunião o Conselheiro José Alberto Gimenes Prefeito de Sertãozinho, representante dos 106 municípios integrantes dos comitês do Pardo, Mogi, Baixo Pardo e Sapucaí Grande. A deliberação 77 será objeto de estudos da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento visando distribuições futuras de recursos do FEHIDRO. As três deliberações encontram-se no sítio www.sigrh.sp.gov.br e foram publicadas no Diário Oficial do Estado de 10 de fevereiro de 2006, páginas 58 a 79.

**5) CONAMA APROVA REGULAMENTÇÃO DE ÁREAS DE PRESRVAÇÃO PERMANENTE**. O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, na sua 46ª reunião extraordinária, realizada entre 21 e 22 de fevereiro, em Brasília, acaba de aprovar a resolução que estabelece regras para regulamentação do uso das Áreas de Preservação Permanente (APP's), que entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União.

193

202

**6) TODOS OS 25 TOMADORES DOS EMPREENDIMENTOS INDICADOS EM 2005 JÁ ASSINARAM CONTRATOS COM O FEHIDRO** – Os tomadores dos vinte e cinco empreendimentos aprovados no âmbito do CBH-MOGI para receberem recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2005 já assinaram contratos com o Agente Financeiro Banespa, após terem seus projetos apreciados e aprovados pelos respectivos agentes técnicos. O empreendimentos foram indicados pela Deliberação CBH-MOGI n.º 9 de 22 de julho de 2005, publicada no DOE de 29 de julho de 2005, seção I, páginas 48 e 49. Agora cabe aos tomadores prosseguir nas demais etapas (licitação, execução das parcelas e prestação final de contas). O andamento dos projetos pode ser acompanhado "on line" pelo SinFehidro (<a href="https://www.sigrh.sp.gov.br">www.sigrh.sp.gov.br</a>). A assinatura dos vinte e cinco contratos é motivo de satisfação do Colegiado, que assim demonstra estar cumprindo rigorosamente os preceitos do MPO, Plano Estadual e Plano de Bacia.

7) INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO SMA-GEF DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES - A

Coordenadora do Projeto Eng.ª Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn, em recente correspondência à

Secretaria Executiva do CBH-MOGI sobre o estágio do Projeto SMA-GEF de Recuperação de Matas Ciliares

235

236

237 238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

principiou por lembrar que " este projeto visa a contribuir para o desenvolvimento de estratégias que subsidiarão a formulação e implementação de um Programa de Recuperação de Matas Ciliares de longo prazo, de abrangência estadual, com objetivos e metas que venham a ser efetivamente assumidos pelos diferentes atores da sociedade - estado, prefeituras, empresas privadas, proprietários rurais, agricultores e organizações nãogovernamentais". Segundo Helena Carrascosa "O Projeto de Recuperação de Matas Ciliares vem sendo desenvolvido de forma integrada com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). As ações previstas neste projeto somam-se às ações desenvolvidas pelo PEMH, reforçando sua dimensão ambiental. O projeto será implantado em quatro anos e sua estrutura compreende cinco componentes: 1)desenvolvimento de políticas: 2) apoio à restauração sustentável de florestas ciliares; 3) implantação de projetos demonstrativos; 3) capacitação, educação ambiental e treinamento; 4) gestão, monitoramento e avaliação; e 5) disseminação de informações. Integrantes do Projeto SMA- SP-GEF de Recuperação de Matas Ciliares puderam participar do Grupo de Trabalho "Águas e Florestas", que apresentou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos proposta de moção aprovada posteriormente aprovada (Moção n.º 35, de 28 de novembro de 2005) que recomenda aos órgãos e entidades federais e estaduais a integração das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação do solo, em razão de sua intima relação. O custo total do projeto é de US\$ 19,52 milhões, dos quais US\$ 7,75 milhões da doação do GEF, US\$ 3,30 milhões de contrapartida do Governo do Estado de São Paulo (recursos orçamentários), US\$ 8,47 milhões de co-financiamento do PEMH (US\$7,34 milhões do empréstimo do Banco Mundial e US\$1,13 milhões dos beneficiários). O Acordo de Doação para o projeto foi assinado em junho de 2005. As ações do projeto serão realizadas em cinco bacias hidrográficas prioritárias nas UGRHI's Paraíba do Sul, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, Tietê-Jacaré, Mogi-Guaçu e Aguapeí, representativas da diversidade ambiental e social no Estado de São Paulo. Serão implantados 15 projetos demonstrativos em microbacias rurais selecionadas de acordo com critérios definidos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica. Na Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu os projetos demonstrativos serão implantados nos Municípios de Socorro, Águas da Prata e Jaboticabal. Os trabalhos já foram iniciados em Socorro. Segundo a Coordenadora do Projeto de Recuperação de Mata Ciliar Eng.ª Helena Carrascosa "espera-se que os efeitos do projeto se estendam por todo o Estado de São Paulo, com a difusão de informações, a capacitação, a oferta de sementes e de assistência técnica, além da promoção de instrumentos econômicos e institucionais para a recuperação de áreas degradadas e a restauração florestal" (DPP, 7 de março de 2006).

8) APROVADO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por unanimidade, no último dia 30 de janeiro de 2006, e posteriormente lançado oficialmente no dia 3 de março em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O Brasil é um dos primeiros países a concluir o seu "plano de gestão das águas" de acordo com recomendações da ONU, RIO+10 e Metas do Milênio para as que s nações construíssem seus planos até 2005. Nesse passo desde 2003 o Brasil vem empenhando-se em elaborar seu Plano Nacional de Recursos Hídricos, previsto na Lei n.º 9.433 de 1997, que optou pela metodologia participativa, que abrangeu quase 7 mil pessoas durante dois anos e meio, sob a coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA). O PNRH propõe a harmonia entre as políticas setoriais, a redução das disparidades regionais e a potencialização das oportunidades no país que abriga em torno de 12% da reserva de água potável do planeta. O Brasil, embora privilegiado em suas condições hídricas, vivencia situações de extremo contraste entre suas populações, como a da escassez de água no Semi-Árido e de abundância na região Amazônica.O Plano Nacional de Recursos Hídricos segue ainda as orientações das determinações das duas conferências nacionais de Meio Ambiente, realizadas em 2003 e 2005. Assim, sob uma nova cultura da água, apresenta 13 programas e 30 sub-programas, a serem implementados em parcerias do Ministério do Meio Ambiente e organizações públicas e privadas relacionadas aos recursos hídricos. Em quatro volumes: 1) Panorama dos Recursos Hídricos do Brasil: 2) Águas para o Futuro - Cenários para 2020; 3) Diretrizes; 4) Programas Nacionais e Metas, o PNRH apresenta as ações e relações interinstitucionais que pactuam diretrizes e políticas públicas para a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade;

a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água e a mitigação de efeitos de eventos hidrológicos críticos. Com a percepção de se preservar a água como valor sócio ambiental relevante, o Plano Nacional de Recursos Hídricos entende os *recursos hídricos* como elemento fundamental e estratégico para a implementação de políticas setoriais, sempre a partir do olhar do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Sua temporalidade é prevista até 2020. O plano brasileiro será apresentado no México, durante o 4° Fórum Mundial das Águas, que se realizará entre os dias 16 e 22 de março de 2006. De acordo com o MMA, essa é uma ação estratégica para facilitar a divulgação da iniciativa e, conseqüentemente, a atração de recursos para sua implementação.

9) ATIVIDADES DO FÓRUM PAULISTA DE COMITÊS - Sob a Coordenação Geral de Maria Emília Botelho o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas - FPCBH's vem promovendo e participando de inúmeras atividades no Estado e fora do Estado onde tem participado ativamente das reuniões do Fórum Nacional de Comitês. Em apertada síntese de se mencionar a reunião (29/09/2005) do Fórum Paulista de Comitês preparatória do "VII Encontro Nacional de Comitês" em Ilhéus na Bahia, com a definição das propostas de São Paulo enquanto candidato à coordenação geral do fórum nacional, cuja candidatura foi vencedora. Posteriormente houve uma reunião de avaliação do Encontro Nacional de Ilhéus, em Avaré (09/11/2005), prosseguindo-se na oitiva dos comitês e elaboração conjunta de propostas de ações do Fórum Paulista. A Coordenação paulista ainda participou ativamente da reunião (22/01/2006) com Secretários Executivos dos CBH´ para tratar da regulamentação da Lei de Cobrança pelo uso da água (Lei nº 12. 183 de 29 de dezembro de 2005) com o Grupo de Trabalho especialmente criado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Paralelamente às atividades estaduais a coordenação paulista vem participando ativamente de atividades do Fórum Nacional de Comitês desde o VII Encontro Nacional em Ilhéus (16 a 20 de outubro de 2005) e, posteriormente, de reuniões do colegiado diretor daquele fórum nacional. Neste sentido já participou de duas reuniões ordinárias (respectivamente 24 a 26 de janeiro e 20 e 21 de fevereiro de 2006) do Fórum Nacional de Comitês que redundaram na definição dos temas e formatação final: a) do Encontro Regional "A gestão de Águas do Semi-Árido" que se realizará em Natal – RN dias 6 e 7 de abril de 2006; b) do VIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, previsto para os dias 24 a 27 de maio de 2006, em Vitória-ES; c) além de inúmeras decisões de natureza administrativa (agenda 2006, criação de grupos de trabalho). Em eventos nacionais mencione-se ainda a participação da Coordenação do Fórum Paulista no XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em João Pessoa, Estado da Paraíba, de 20 a 24 de novembro de 2005.

10) ASSOCIAÇÃO PROJETO COPAÍBA CONVIDA PARA LANÇAMENTO DO PROJETO "RIO DO PEIXE VIVO; ÁREA DEMONSTRATIVA DE RESTAURAÇÃO DE MATA CILIAR" - o evento será realizado dia 18 de março de 2006, às 10 horas, no Parque Pitauá (Rodovia Socorro – Lindóia KM 3,5, Bairro do Salto) Município de Socorro. Segundo os membros do Projeto Copaíba, entidade civil integrante do CBH-MOGI, a área demonstrativa de restauração de mata ciliar tem o objetivo de contribuir para a restauração das matas ciliares do Rio do Peixe que banha o conhecido circuito das águas paulista, colaborando na conservação do rio e do ecossistema a ele associado.O custo total do projeto é a ordem de R\$ 40.928,80, sendo R\$ 23.512,70 financiado pelo FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o restante de contrapartida daquela organização civil.Segundo os organizadores "o projeto será desenvolvido durante dois anos e terá como principais ações a implantação de uma área demonstrativa de restauração de mata ciliar com 3,1 hectares, e atividades de sensibilização da comunidade local para a conservação do rio através de palestras, plantios de árvores e visitas a proprietários ribeirinhos".Além da solenidade de lançamento haverá o plantio simbólico de Município de Socorro árvores nativas.(arquivo: CBH MOGI meus documentos, 10-03-2006 – MVLS\omdg)."

Apresentação da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento CTGP, discussão e votação da proposta de minuta de Deliberação CBH-MOGI n. º 1/2006. Encerrado os Informes Gerais o Presidente pediu Secretário Executivo que desse prosseguimento aos demais assuntos constantes da ordem do dia. Este pediu a desconstituição temporária da mesa e anunciou que a apresentação da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento. Nesse sentido destacou uma pequena equipe de seus membros faria a apresentação da proposta de minuta de deliberação n.º 1 /2006, cuja cópia encontra-se em mãos deste Plenário. A referida minuta indica os pedidos de enquadramento aprovados para receberem recursos financeiros a fundo perdido do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2006. Após sua apresentação da CTGP a proposta será objeto de discussão e votação deste Colegiado, ainda nessa reunião. Enfatizou que, como sempre, o objetivo dos expositores é apresentar de forma didática o conteúdo da proposta de minuta de Deliberação CBH-MOGI 1/2006 que dispõe como foram distribuídos os recursos FEHIDRO para 2006. Além dos considerandos que no seu conjunto formam como que uma verdadeira ata dos trabalhos, junto da deliberação encontra-se um didático quadro resumo da distribuição dos recursos, passo a passo, onde todos poderão acompanhar o apresentador e formar seu juízo a respeito dos trabalhos da câmara. Finalizando esta introdução o Secretário Executivo destacou esforço dos quinze membros da CTGP, "aos quais desde já rendemos nossas homenagens pelo difícil trabalho de julgamento das propostas que realizam de forma voluntária e dedicada à causa pública". E emendou informando que a sessão de julgamento dos pedidos, como sempre aberta ao público, teve o testemunho, de representantes dos Municípios de Araraquara, Águas da Prata, Lindóia, Santo Antônio do Jardim e do Vice Prefeito de Santa Cruz da Conceição que atestaram a lisura

dos trabalhos, que transcorreram sem registros, oposição, ou sobressaltos com relação ao que foi ali decidido. Encerrando sua fala introdutória o Sr. Edy Augusto de Oliveira chamou o Sr. Aparecido "Pelão" Hojaij Coordenador da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento e neste ato responsável pela apresentação proposta de minuta de deliberação CBH-MOGI n.º 1/2006. Apresentação do Coordenador da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento. Na sequência o Coordenador da ČTGP Sr. Aparecido "Pelão" Hojaij, fazendo uso de multimídia e texto da minuta e quadro resumo ofertado a todos, iniciou a abertura de sua apresentação enfatizando preliminarmente que a Câmara Técnica de Gestão e Planejamento, consoante o disposto na Deliberação CBH-MOGI nº 1/2006 - durante todo o período de protocolo dos pedidos - prosseguiu o seu trabalho de atendimento às dúvidas dos tomadores de forma individual - na medida em que foram procurados.Durante a reunião de julgamento como é de praxe preliminarmente foi realizada uma análise dos documentos técnicos e fiscais das propostas de pedidos de recursos protocoladas. Nesse passo, Hojaij informou que segundo o livro de assento dos protocolos deste CBH-MOGI foram protocolados trinta e dois pedidos de recursos para financiamento de empreendimentos pelo FEFHIDRO no exercício de 2006, consubstanciados nos processos administrativos numerados de um a trinta e dois, de acordo com a ordem numérica do protocolo. Considerando que dos trinta e dois pedidos, cinco foram desclassificados de Câmara Técnica de Gestão e Planejamento, conforme ata daquela Câmara sobre os trabalhos realizados em 17 e 22 de fevereiro de 2006, e considerandos da deliberação ora sob comento, a saber: a) Processo CBH-MOGI n.º 5/2006 (APASC – Associação para Proteção Ambiental de São Carlos), por não apresentar anuência dos proprietários infringindo artigo 13 do MPO "Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos do FEHIDRO – MPO" aprovado pela Deliberação COFEHIDRO n.º 72, de 13 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado, seção I, páginas 33 a 39, combinado com art. 7º da Deliberação CBH-MOGI n.º 10, de 2 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a necessidade de se atender rigorosamente ao MPO e anexos, sob pena de desclassificação; b) Processo CBH-MOGI n.º 23/2006 (Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense) por não apresentar outorga (além do que área técnica (DAEE) não recomenda pedido) Infringindo o item 5 do anexo VI (relação de documentos para solicitação de financiamento) do MPO; combinado com art. 7º da Deliberação CBH-MOGI n.º 10, de 2 de dezembro de 2005; c) Processo CBH-MOGI n.º 29/2006 (Prefeitura Municipal de Cravinhos) por ultrapassar o valor do teto infringindo o disposto no artigo 4º, § 2º, da Deliberação CBH-MOGI n.º 10, de 2 de dezembro de 2005; d) Processo CBH-MOGI n.º 30/2006, (Prefeitura Municipal de Motuca) por não atender ao disposto no item 7, do anexo VI do MPO (não apresentou atestado da Câmara Municipal de exercício efetivo de mandato do Prefeito), combinado com art. 7º da Deliberação CBH-MOGI n.º 10, de 2 de dezembro de 2005;e) Processo CBH-MOGI n.º 31/2006, (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos) por não apresentar outorga infringindo o item 5 do anexo VI (relação de documentos para solicitação de financiamento) do MPO combinado com art. 7º, § 3º da Deliberação CBH-MOGI n.º 10, de 2 de dezembro de

321

322 323

324

325 326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354 355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365 366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

A seguir, passada esta primeira fase, Aparecido "Pelão" Hojaij informou que os vinte e sete pedidos foram separados por grupos e subgrupos e classificados por programas de duração continuada, passando-se de imediato à pontuação técnica, classificação em ordem crescente por pontos, distribuição e redistribuição dos recursos na forma do disposta na deliberação CBH-MOGI nº 10/2005, até indicação final dos projetos aprovados, consubstanciada na minuta de deliberação nº 1/2006 apresentada por esta CTGP ora em exposição e discussão. O Coordenador da CTGP noticiou ainda que além do texto da proposta de minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 1/2006, cujo texto e considerandos são auto explicativos dos trabalhos de julgamento as propostas, e quadro síntese da distribuição entregue a todos, o relato minucioso dos trabalhos da CTGP consta do livro de atas. Nesse sentido entregou oficialmente à Presidência e Secretária Executiva, durante a 29ª reunião a ata dos trabalhos da CTGP, para que conste dos arquivos deste comitê, e à disposição de todos membros deste colegiado. Nesse sentido Aparecido "Pelão" Hojaij, enfatizou que as duas reuniões de julgamento, respectivamente dias 17 e 22 de fevereiro de 2006, como sempre, foram abertas ao público e contaram com a participação de representantes dos tomadores que a tudo puderam assistir, bem como testemunhar à respeito da normalidade dos trabalhos. Prosseguindo na apresentação o Coordenador da CTGP anotou que conforme quadro síntese foram considerados aptos 27 pedidos de enquadramento e que não houve suplentes. Não obstante registrou que posteriormente como o Município de Espírito Santo do Pinhal infelizmente não apresentou até três dias antes da plenária a CND Certidão Negativa de Débitos referente aos tributos federais, este Município candidato a tomador também foi desclassificado restando aptos 26 pedidos e saldo remanescente de R\$ 970.068,30 centavos. E anunciou como novidade, que considerando a sobra de verba no montante de R\$ 970.068,30 (novecentos e setenta mil, sessenta e oito reais e trinta centavos) a CTGP, após consultar a Mesa Diretora, resolveu propor ao Plenário, a abertura de um segundo pleito no exercício de 2006, ou reabertura do pleito, desta feita permitindo apenas o acesso dos tomadores dos municípios que não participaram do primeiro pleito e dos desclassificados pela CTGP, ou que venham a ser desclassificados pela SECOFEHIDRO, na forma do disposto nos artigos 5º a 11 da minuta de Deliberação n.º 1/2006. E aproveitou para chamar a atenção dos presentes para os novos prazos de protocolo, limites e tetos dos grupos e respectivos subgrupos, data do julgamento das propostas etc. Neste sentido para agilizar a condução do 2º pleito do exercício de 2006 a CTGP e Mesa Diretora pedem autorização para elaborar deliberação ad referendum, é dizer para posteriormente, na primeira reunião ordinária. ser referendada pelo Plenário.

Encerrada a apresentação em multimídia o quadro de distribuições e redistribuições que redundou na proposta

de minuta de deliberação CBH-MOGI nº 1/2006, e colocada a proposta de realização de um segundo pleito, ainda no exercício de 2006, o Coordenador da CTGP e seus membros abriram espaço para eventuais esclarecimentos, perguntas e contestações, o que transcorreu normalmente sem contestações ou objeções dos presentes, salvo pequenos esclarecimentos pontuais prontamente respondidos. Isto posto, e dando por encerrada a participação da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento o Coordenador Aparecido "Pelão" Hojaij propôs ao Presidente, em nome de seus quinze membros, o encaminhamento da discussão e votação da minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 1/2006

Discussão e votação da minuta de Deliberação CBH-MOGI nº 1/2006. Às 10:25 horas o Presidente Élcio Fiori de Godoy retomou a palavra e colocou a Deliberação CBH-MOGI n.º 1/2006 em discussão (...) em votação (...), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade (palmas). De imediato o Presidente reconstitui a mesa, agradeceu o trabalho dos membros da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento que permiti realização das duas últimas reuniões ordinárias e passou a palavra para o Secretário Executivo prosseguir na ordem do dia, que de plano anunciou a participação da Coordenadora Geral do Fórum Paulista de Comitês, biênio 2005-2007, Sra. Maria Emília Botelho, e também assessora da Presidência da CETESB, além de membro integrante do CBH-Baixada Santista.

Notícias do Fórum Paulista. Às 10:28 horas a Sra. Maria Emília Botelho, iniciou sua fala sobre as atividades do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas – FPCBH´S do qual é Coordenadora Geral, destacando que o CBH-MOGI é um dos mais ativos comitês do Estado, e que hoje pode presenciar mais uma vez a motivação e participação de seus membros e constatar a qualidade dos projetos apresentados e aprovados. Nesse sentido destacou que os Municípios, Sociedade Civil e Estado juntos promovem resultados muito positivos como os hoje aqui testemunhados. Isto posto passou a fazer um breve relato das atividades FPCBH´S desde de o princípio deste ano quando assumiu a coordenação do biênio 2005-2007, que em apertada síntese encontram-se traduzidos nos Informes Gerais, acima já transcritos nesta ata (confira item 9 "Atividades do Fórum Paulista de Comitês").

Por atual e oportuno Maria Emília Botelho destacou a reunião realizada ontem em Campinas no auditório da CATI-SAA, para início, depois de dez anos, de uma grande consulta e discussão da minuta do texto decreto regulamentador da Lei Estadual de cobrança pelo uso das águas de domínio do Estado, preparado por um grupo técnico. Nesse passo destacou a presenca de mais de cem pessoas, representantes de todos os vinte e um comitês do estado e dos mais variados segmentos, enfatizando que toda mesa diretora do CBH-MOGI estava presente, manifestando entendimento que logo poderemos iniciar a cobrança.Revelou que enquanto Coordenadora do FPCBH'S pretende trabalhar de forma conjunta e colegiada com todos os atores do sistema. Nesse passo formou três grupos auxiliares, a saber: Institucional, Eventos e Comunicação e Divulgação. Noticiou a preparação e lançamento para breve de uma página e sítio específico do Fórum Paulista na rede mundial de computadores. A seguir anunciou que o FPCBH'S no dia 24 de março de 2006 - no Município de Guarujá, durante o Congresso anual da Associação Paulista de Municípios - fará sua reunião ordinária para tratar de diversos assuntos de natureza estadual (tais como sugestões para conclusão da página na rede, que ficará à disposição de todos os 21 comitês paulistas, com ligações para outros sítios de interesse); da participação dos comitês de São Paulo no VIII Encontro Nacional de CBH's em Vitória, Espírito Santo, provavelmente em maio. Neste sentido destacou que vem tentando viabilizar transporte para a sociedade civil deslocar-se até Vitória, lembrando que a SOS Mata Atlântica ofereceu um ônibus para o encontro de Ilhéus no ano passado, mas que em decorrência da distância isto não prosperou. Destacou a grande participação de São Paulo no sistema nacional, e que por isto mesmo continua a dar exemplo no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos.Bem por isto no Fórum Nacional discutiremos por que alguns Estados que no passado estiveram mobilizados hoje não estão participando das reuniões do fórum, caso do Paraná e Santa Catariana. A seguir pediu a todos que tiverem interesse e inscrever trabalhos que o façam reforçando a presença constante de São Paulo em todos encontros nacionais. Aproveitou para anunciar que durante o Congresso Paulista de Municípios, em Guarujá, o Diretor Presidente da CETESB Dr. Rubens Lara estará lançando, dia 21 e 22 de março de 2005, o Relatório Anual de Resíduos Sólidos – IQR e o Relatório Anula de Qualidade das Águas Interiores – IQA, ambos referente ao ano passado e disponíveis no sítio www.cetesb.sp.gov.br. Finalizando sua participação Maria Emília Botelho reiterou que enquanto Coordenadora do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, pretende em seu biênio (2005-2007), atuar em cooperação com os 21 comitês paulistas, participando ativamente das reuniões ordinárias destes colegiados, atenta às demandas de interesse comum, e colocando-se à disposição de todos para o encaminhamento de assuntos que julgarem pertinentes (palmas).

Primeiras propostas da comissão organizadora das atividades comemorativas dos 10 anos do CBH-MOGI. Às 10:39 horas o Presidente Élcio Fiori de Godoy e o Secretário Executivo Edy Augusto de Oliveira, considerando que a comissão eleita em Dumont no dia 2 de dezembro de 2005, durante a 28ª Reunião Ordinária, ainda não se reuniu, anunciaram de forma genérica as intenções difusas e ainda não formalizadas da Comissão Organizadora referentes às comemorações dos dez anos de atividades do CBH-MOGI. Segundo os coordenadores a idéia ainda de caráter geral - e sem formatação detalhada e especificada - é distribuir os eventos e atividades comemorativos pelo período de um ano. Pretende-se fazer um grande histórico destes dez anos, apontando pontos positivos e negativos, avanços e recuos, sem esquecer das inúmeras pessoas que nestes dez anos partilharam instantes preciosos de suas vidas na defesa e preservação do meio ambiente

participando ativamente do CBH-MOGI.O Presidente e o Secretário Executivo encerraram o tema pedindo a colaboração e sugestão dos membros do colegiado. De se lembrar que a "Comissão Comemorativa dos dez anos de atividades do CBH-MOGI fundado em 4 de junho de 1996", encontra-se sob a coordenação geral do Presidente Élcio Fiori de Godoy, auxiliado pelo Sr. Edy Augusto de Oliveira, Secretário Executivo, e é constituída pelos seguintes membros: Sr. Luís Cláudio Trincha Prefeito de Santo Antônio do Jardim, o Sr. José Alberto Gimenes Prefeito de Sertãozinho, a Sra. Therezinha Ignez Servidoni Prefeita de Rincão, o Prof. Luís Augusto Bresser Dores da Faculdade Municipal Prof. André Franco Montoro/ Fundação Educacional Guaçuana, o Sr. Aguinaldo Catanoce da Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, o Sr. Renato Crivelenti membro do DAEE de Ribeirão Preto. Fcou ainda aberta a possibilidade de participação na comissão de todos os que espontaneamente desejarem colaborar.

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459 460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

Lançamento oficial do evento e cartaz da IV Semana da Água de 2006. Prosseguindo na ordem do dia o às 10:43 horas o Secretário Executivo Edy Augusto de Oliveira pediu a seu Adjunto Marcus Vinicius Lopes da Silva que fizesse o lançamento oficial do evento e cartaz da IV Semana da Água. Este principiou por projetar o cartaz no telão e enfatizando o tema central da campanha deste ano, "Água: recurso natural que move o mundo", que se explica por si só. Por oportuno Marcus Vinicius destacou que o Planeta Terra é representado por uma bola de futebol, da qual sai projetada a América do Sul com destaque especial para o Brasil. A bola evoca que 2006 é ano de Copa do Mundo de Futebol e neste sentido como subtema propõe uma mensagem bem direta e pessoal cada um de nós que habita o planeta: "No ano da copa faça um gol de placa: diga não ao desperdício, à escassez e à poluição das águas. Prosseguindo o Secretário Executivo Adjunto apresentou um guadro resumo dos números e público alvo que se pretende atingir e indicando parceiros e colaboradores desta campanha de Educação Ambiental de caráter formal e informal e que já faz parte do calendário oficial anual do CBH-MOGI, e visa a cada ano atingir maior número de pessoas para a causa de defesa e proteção dos recursos hídricos e meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Nesse sentido anunciou que foram confeccionados 5.500 cartazes ao custo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), suportado pelo custeio da Secretaria Executiva do comitê.Revelou que 3.630 cartazes foram entregues em mãos às 43 Prefeituras Municipais, proporcionalmente ao número da população, com ofício da Mesa Diretora do CBH-MOGI, solicitando aos Chefes dos Executivos Municipais para que fizessem trabalho de divulgação, bem como promovessem as atividades sugeridas na resolução que criou a semana junto à população e rede municipal de ensino, vez que na rede estadual contaríamos com o auxilio insetímavel das Diretorias Regionais de Ensino -DRE. Neste passo revelou que foram enviados 600 cartazes - proporcionalmente ao numero de escolas existentes no âmbito do território da bacia.- aos Dirigentes Regionais de Ensino das DRE de Mogi Mirim, Pirassununga, São João da Boa Vista, São Carlos, Araraguara, Sertãozinho, Jaboticabal, Bragança Paulista, Ribeirão Preto e Limeira, com ofício da Mesa Diretora pedindo divulgação da campanha de educação ambiental. No mais a Secretaria Executiva ainda enviou 1000 cartazes e correspondências específicas via Correio para as seguintes entidades com unidades-sedes no âmbito da bacia: Todos os membros do CBH-MOGI – 43 Prefeitos, 14 órgãos do Estado e 74 associações civis; Imprensa escrita falada e televisiva; 43 Câmaras Municipais; Equipes Técnicas do DEPRN, Casas da Agricultura, Unidades da Polícia Militar Ambiental, Membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inclusive Presidentes, Vice Presidentes e Secretários Executivos dos 20 Comitês Paulistas, Coordenação do Fórum Paulista e Nacional, Gabinete do Secretário e Coordenadorias da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Gabinete da Presidência e Diretorias da CETESB, Delegacias da Polícia Civil, Seccionais da OAB-SP, Juízes das Comarcas, Promotores de Justiça e dirigentes de órgãos federais CNRH Conselho Nacional de Recursos Hídricos, SNRH - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos,. MMA Ministério do Meio Ambiente, ANA - Agência Nacional de Águas), dentre outros.Marcus Vinicius Lopes da Silva comunicou ainda com grande alegria que o Comitê do Pardo nosso vizinho e amigo aderiu à Semana, dizendo que espera que esta parceria venha se reproduzir em 2007. A seguir apresentou seus agradecimentos à equipe elaboradora do cartaz e tema central, cuja concepção surgiu durante o encontro "Diálogo das Águas" em Avaré em outubro de 2006 e cujo trabalho terminou no fim do ano passado. Por oportuno agradeceu ao Biólogo Fábio Fraga, membro da ONG Oré, pelo seu especial empenho na formatação e confecção final do cartaz que redundou no proposta gráfica ora oferecida a todos. Finalizando pediu o empenho de todos os segmentos na promoção da semana, anunciando que quando da próxima plenária todos poderão informar em painéis sobre as campanhas desenvolvidas em seus Municípios, órgãos de Estado e Organizações Civis.

**Palavra aberta aos convidados.** Às 10:50 horas o Presidente Élcio Fiori de Godoy, franqueou a palavra aos convidados. Preliminarmente o Presidente franqueou a palavra ao Sr. Agnaldo Catanoce, da Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal.

O Sr. Agnaldo Catanoce, discorreu sobre o Projeto de Gestão Municipal de Recursos Hídricos do CBH-PCJ Piracicaba, Capivari e Jundiaí, ofertando inicialmente a todos os presentes folhetos com material informativo do referido projeto. De Plano revelou que a intenção é propor o mesmo projeto ao CBH-MOGI. Segundo o expositor o projeto que envolve os municípios daquela bacia foi financiado pelo FEHIDRO e tem por objetivo geral "capacitá-los para gerenciar as águas de seu território; assessorá-los na implantação de políticas municipais de recursos hídricos e na elaboração de projetos de lei de preservação e conservação das águas. Destacou que outro importante instrumento a ser implantado em cada Município será o "Sistema de Informação Hidrológicas e Indicadores Ambientais (cerca de sessenta indicadores), que reunirá dados sobre a qualidade e

a quantidade de água em uso local, a situação da cobertura vegetal dos mananciais e os impactos provocados pelo uso e ocupação do solo". O sistema constitui-se em banco de dados sobre a qualidade e quantidade das águas de cada Município, e que sem dúvida norteará as políticas públicas e o desenvolvimento econômico, revelou. Noticiou ainda que o rol de problemas dos Municípios não diferem muito com relação ao uso e ocupação do solo urbano e rural; a proteção dos mananciais locais; controle de processos erosivos e de assoreamento; captação e lançamento de esgotos domésticos e industriais nos rios; práticas agrícolas inadequadas etc.. Nesse sentido a Agnado Catanoce, propõe a Gestão Municipal de Recursos Hídricos, traduzida e concretizada no projeto ora desenvolvido no CBH-PCJ pela Fundação CEPAM, enfatizando que a criação de um sistema municipal encontra fundamento na Constituição da República (art. 23, incisos VI e XI) e que esta deve integrar-se com o Plano Diretor Municipal e com a Lei de Zoneamento Municipal. A seguir revelou que o projeto desenvolvido no CBH-PCJ já apresenta resultados em vinte e seis municípios que já possuem lei de preservação e conservação das águas e fundo de recursos financeiro municipal. Destacou que o CBH-PCJ, quando do julgamento e hierarquização dos pedidos de recursos financeiros, pontua os Municípios que participaram do projeto e instituíram seus sistemas municipais. Enfatizou que o projeto proposto integra o plano diretor ao sistema de recursos hídricos, além de outros diplomas legais, lembrando que a Lei Orçamentária, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Pluri-Anual e Plano Diretor, são as quatro leis municipais que se não cumpridas impede o Município de receber verbas. A seguir deixou o endereço eletrônico do projeto para maiores consultas dos interessados (www.cepam.sp.go.br - PCJ). Finalizando Agnaldo Catanoce reiterou sua proposta inicial no sentido de que o CBH-MOGI também participe do projeto (palmas).

513

514

515

516

517

518

519

520 521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554 555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

Retomando a palavra às 11h00 min. o Presidente Élcio Fiori de Godoy agradeceu a participação do Sr. Agnaldo Catanoce e de plano passou a palavra para o Deputado Estadual Arnaldo Jardim.

O Deputado Estadual Arnaldo Jardim, em suas considerações iniciais cumprimentou o CBH-MOGI pelo seu trabalho "que aqui acabo de ver", revelando que "proclamo onde posso a dinâmica que vocês imprimiram aqui e que é um exemplo". Ainda parabenizou o colegiado pela justa homenagem ao Sr. Agostinho de Souza Godoy, dando seu nome a esta reunião plenária, e emendou que sem dúvida a continuidade de seu trabalho sério como municipalista se constitui na grande homenagem. Saudou ainda o Deputado Federal Nelson Marquezzeli. A seguir pediu uma grande salva de palmas para as mulheres em comemoração ao seu dia internacional (palmas). E emendou dizendo que neste trabalho de conservação da água é de se destacar a sensibilidade, onde a mulher aparece com destaque. Prosseguindo lembrou que esteve na reunião plenária de março do ano passado em Lindóia quando o Presidente Élcio Fiori de Godoy tomou posse, e historiou o passivo que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tinha com referência a três questões, "que posteriormente fechamos": a) Cobrança pelo Uso da Água, cuja lei foi aprovada em dezembro de 2005, e "é bom festejar isto, pois superamos resistências - até equivocadas e perigosas que diziam ser mais uma taxa - mas que é instrumento de disciplinamento e racionalização do uso da água. Experiência que vocês no comitê vivem e vibram com isto", concluiu. b) A seguir noticiou que na Assembléia Legislativa preside o Grupo Técnico de destinação de resíduos sólidos, e que recentemente "aprovamos uma nova lei com ajuda da CETESB -Companhia de Tecnologia em Saneamento Ambiental, ora em análise no Governo que deverá sancioná-la até dia 25 de março de 2006, com vetos ou não. Mas teremos uma política de destinação de resíduos sólidos", enfatizou.c) Finalmente destacou um terceiro ponto que considerou mais polêmico, trata-se do projeto de lei do Governo sobre áreas contaminadas ora tramitando, e nesse sentido "reitero pedido de ajuda de todos". Prosseguindo o Deputado Estadual Arnaldo Jardim noticiou que quando do projeto de lei da cobrança pelo uso da água participou diariamente das discussões até o seu texto final". Mais, noticiou "que hoje já estamos na fase de elaboração do regulamento da lei, reiterando o que disse ontem (9 de março de 2006) na CATI-SAA em Campinas, quando das discussões do citado regulamento, que avançamos muito". Arnaldo Jardim adiantou ainda que "agora a pré minuta proposta para acolher sugestões retorna ao Grupo Técnico Jurídico proponente da proposta inicial para ampla discussão, para ajustes e inclusão ou rejeição justificada das propostas, e redação da minuta de proposta de decreto regulamentar final, que será encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para análise e manifestação conclusiva, e posterior envio ao Governador Geraldo Alckmin para apreciação final edição do decreto até final de março ", concluiu. E emendou dizendo que nesse passo cabe parabenizar o CBH-MOGI por ter Plano de Bacia concluído e aprovado, pois este é um dos requisitos essenciais para se implantar a cobrança já. Revelou que quem não tem deve providenciar, destacando que o grande desafio da implantação da cobrança pelo uso da água será o cadastramento, tanto dos pontos de retirada de água como de despejo. Enfatizou que a regulamentação trabalhará nos limites máximo e mínimo fixados pela Lei e que os Comitês fixarão os valores da cobrança dentro desta faixa. Arnaldo Jardim ressaltou que estes são bons desafios, e que "o debate que aqui vejo no CBH-MOGI, em suas câmaras técnicas, lhes permitirão fazer isto muito bem". E acentuou que a rodada de disputa de recursos financeiros é equilibrada, que teremos mais recursos, e que estes, sem dúvida, serão usados com os critérios de interesse público tal qual o CBH-MOGI tem feito e que hoje aqui pode testemunhar. Encerrando sua fala agradeceu o convite para participar desta reunião e reiterou sua disposição de colaborar com este colegiado, "contem conosco", finalizou (palmas).De imediato, às 11h13 min.o Presidente Élcio Fiori de Godoy franqueou a palavra ao Deputado Federal Nelson Marquezelli.

O Deputado Federal Nelson Marquezelli iniciou sua fala reverenciando a memória do Sr. Agostinho de Souza Godoy, pelo seu trabalho e dignidade. A seguir cumprimentou a todos em especial às mulheres que ajudam a administrar este País, Estado e Famílias. A seguir lembrou que "participei no Congresso Nacional da discussão

da cobrança da água, mas tenho uma advertência: cuidado, cuidado com área agrícola. Já começou no Brasil e em São Paulo a vontade de tributar a área agrícola. E já começou a reação contraria no Congresso Nacional que vai mexer de novo e interfirir". Destacou que "houve acordo que homem do campo seria ajudado a preservar, etc., mas noto que será tributado. A agricultura irá mexer de novo" Nesse sentido ressaltou que a "outorga não pode continuar como está sendo implementada" e revelou que "já há técnicos mexendo nisto (constituição, outorgas etc.). E noticiou "que temos novidades nesse sentido: quem deve pagar é aquele que usa, principalmente cidades, hotéis, porém o homem rural não pode ser taxado, nem cobrado em hipótese nenhuma. Coloco aqui Arnaldo Jardim o que sinto no Congresso Nacional, e já manifestado. Isto vai mudar. Já há projetos de lei aprovados na Comissão de Agricultura ". A seguir disse que "evidentemente sou um dos cento e cinqüenta e seis deputados que perdeu a votação ontem (julgamento de deputados acusados de falta de decoro no episódio do mensalão), mas foi um recado para mídia nacional que não votamos como a mídia quer". E prosseguiu dizendo que "a preservação do homem rural que está abandonando a propriedade e indo para a cidade não pode levar a mais penalizações. Não pode", enfatizou. Noticiou que juntamente com seus pares "colocamos um bilhão e oitocentos milhões no Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, para inclusive ajudar neste trabalho (do comitê)". Coloco-me à disposição para ajudá-los de outra forma, mas pelo amor de Deus, a zona rural temos que fazer de outra forma. Na hora da cobrança na área rural de 0,001 vai haver reação. Se não tiver de um lado, terão outra reação. Ontem perdemos na cassação e perderemos outras. É a reação. E acho que não abrirão a votação (que continuará secreta). O que é isto", perguntou: "Reação contrária", respondeu. Para emendar que a "a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 foi uma reação ao regime militar, e que agora todos estão querendo consertá-la, e será difícil", concluiu.Concluindo sua participando disse que se colocava à disposição para ajudar de outra forma, com o Arnaldo Jardim no ano que vem como colega, a quem mais uma vez saudou e cujo trabalho como parlamentar ressaltou. Finalizando passou a informar o colegiado sobre o seu trabalho na Câmara Federal, anunciando uma série de verbas destinadas a obras, servicos e programas aos Municípios, cumprimentando a todos os presentes em especial o Presidente Elcio Fiori de Godoy cujo pai recém falecido foi homenageado nesta plenária, (palmas).

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602 603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

**Assuntos diversos.** Retomando a condução dos trabalhos, às 11h25min., o Presidente agradeceu a participação dos convidados e a seguir passou a palavra para o Secretário Executivo Edy Augusto de Oliveira para assuntos diversos. Nesse passo este anunciou:

a) que o Diretor do CEGEP e Vice Prefeito Municipal Prof. Geraldo pediu um pequeno espaço para expor um rápido filme das atividades daquela importante escola denominado "CEGEP: educação para o trabalho". O filme, que mereceu o aplauso de todos, apresentou a instituição educacional e os cursos profissionalizantes oferecidos, e revelou que os equipamentos de ponta, com alta tecnologia requerem um trabalhador mais focado nestes relevantes conhecimentos. Este o escopo do CEGEP, cujos cursos atendem a demanda do setor produtivo de Mogi Guaçu e Região e que vem fazendo parcerias com o referido setor e assim oferecendo cursos básicos e cursos de curta duração de eletrônica, construção, educação ambiental etc..b) Edy reiterou a importância da inauguração da ampliação da ETE de Mogi Guaçu, informando que após o encerramento desta reunião plenária, todos deveriam se encaminhar em comitiva para ETE, para a cerimônia oficial de inauguração, e que logo após aquele evento a Associação Comercial de Mogi Guaçu estaria oferecendo e convidando a todos para a confraternização final com o almoço no Hotel Baradah ao lado da Igreja Matriz. c)Inauguração da ampliação da ETE de Mogi Guaçu – A pedido da Secretaria Executiva segue-se o registro da solenidade de inauguração conforme veiculado no sítio da CETESB."A inauguração das obras de ampliação da ETE de Mogi Guaçu contou com a presença de inúmeras pessoas dos três segmentos que constituem o Comitê: Sociedade Civil, Municípios e órgãos do Estado. A Sociedade Civil compareceu em peso com inúmeras organizações integrantes do comitê, além do público local. Os Municípios se fizeram presentes nas pessoas dos Prefeitos Municipais de Lindóia (Élcio Fiori de Godoy), Rincão (Therezinha Ignez Servidoni), Estiva Gerbi (José Carlos Silva), Socorro (José Mário de Faria), Conchal (Valdeci Aparecido Lourenço), (Santo Antônio do Jardim) Luiz Cláudio Trincha, que participaram também da 29ª Reunião Ordinária, além dos Prefeitos Municipais de Aguaí (Sebastião Biazzo) e Mogi Mirim (Carlos Nelson Bueno). Já entre os órgãos do Estado, cite-se a presença da representante do DAEE neste comitê Eng.ª Irene Sabatino Pereira, neste ato representando também o Eng.º Carlos Alencastre Diretor Regional do DAEE (que compreende as Bacias Hidrográficas dos Rios Pardo, Mogi e Grande), e Conselheiro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, além da presença do Gerente da Agência Ambiental de Pirassununga e Secretário-Executivo do Comitê do Mogi, Eng.º Edy Augusto de Oliveira, da assistente da presidência da CETESB e Coordenadora do Fórum Paulista de Comitês de Bacia, Maria Emília Botelho, e do Diretor de Controle de Poluição Ambiental da CETESB, Eng.º Otávio Okano.Na solenidade, o gerente Edy Augusto de Oliveira enalteceu a administração municipal lembrando aos demais prefeitos presentes que a vontade política do Prefeito de Mogi Guaçu Hélio Miachon Bueno em executar a obra permite que o Rio Mogi-Guacu deixe de receber 1,5 ton/dia de carga orgânica, no seu trecho mais problemático. "Tratar esgotos hoje é de fundamental importância, não só para a melhoria da qualidade das águas como também para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A cada real empregado em obras desse tipo, economiza-se de 4 a 5 reais em hospitais e farmácias e é essa estratégia que tem sido adotada pela Agência da CETESB de Pirassununga e pelo Comitê do Mogi", afirmou Oliveira. E emendou "até na questão da industrialização, fato importante para a geração de empregos, é importante que o município tenha estações de tratamento de esgotos, pois as empresas consideram esse item importante para definir o local de instalação", assegurou o gerente da CETESB. (15/03/2006 Agência Pirassnunga <a href="https://www.cetesb.sp.gov.br">www.cetesb.sp.gov.br</a>)". De sua vez Otávio Okano, Diretor de Controle da Poluição da CETESB destacou a importância da expansão da ETE dentro do contexto da bacia hidrográfica, em especial no conhecido trecho crítico, objeto de especial atenção na gestão dos recursos hídricos e meio ambiente, parabenizando as lideranças municipais em especial o Prefeito Hélio Miachon pela iniciativa. Já o Prefeito Miachon agradeceu a colaboração de toda sua equipe de trabalho, lembrou que Carlos Nelson Bueno, ex- Prefeito de Mogi Guaçu e atual Prefeito de Mogi Mirim, foi que iniciou a ETE de Mogi Guaçu hoje em fase de ampliação. Destacou o montante dos investimentos (cerca de 4,5 milhões de reais financiados pela Caixa Econômica Federal) e participação do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos ao longo destes anos sobretudo financiando os coletores e emissários. Finalizando convidou o grande público para o descerramento da placa comemorativa e inauguração oficial da expansão da ETE de Mogi Guaçu (palmas).

Encerramento. Dando início ao encerramento da sessão o Presidente às 11h30min colocou em discussão a escolha do próximo município onde será realizada a próxima reunião plenária. Tendo se candidatado a sediar a 30ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 9 de junho de 2006, sexta-feira, o Município de Pirassununga, que mereceu o apoio unânime de todos os presentes (palmas). A seguir falou o Vice Prefeito Anfitrião Prof. Geraldo que agradeceu e convidou a todos para um participarem de um fato concreto a inauguração da ampliação da ETE do Município de Mogi Guaçu, que com isto demonstra objetivamente o zelo e amor efetivo pelo rio, pela saúde e pela vida. Já o Prefeito Anfitrião de Mogi Guaçu Sr. Hélio Miachom Bueno fez seu pronunciamento final e agradecimentos durante a visita técnica e inauguração da ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos ao final da reunião

Às 11:40 horas o Presidente Élcio Fiori de Godoy, com os agradecimentos e as homenagens de praxe encerrou a 29ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, realizada no Município de Mogi Guaçu, cuja ata foi por mim Marcus Vinicius Lopes da Silva, \_\_\_\_\_\_\_Secretário Executivo Adjunto, e lida e conferida pelo Sr. Edy Augusto de Oliveira, \_\_\_\_\_\_Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, e segue por ambos assinada e rubricada. Mogi Guaçu, sede da 29ª Reunião Ordinária do CBH-MOGI, 10 de marco de 2006..

MVLS/omdg